

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS – ICMBio**

Aos 09 (nove) dias do mês de setembro de 2020 (dois mil e vinte), 26 (vinte e seis) representantes das entidades integrantes do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (CONPARNASO) e mais 18 (dezoito) convidados, conforme apuração da Secretaria Executiva do Conselho, estiveram reunidos em videoconferência por meio do aplicativo software livre Google Meet. A reunião foi convocada através do Ofício SEI nº 62/2020-PARNA Serra dos Órgãos/ICMBio, de 02 de setembro de 2020, expedido pelo Chefe do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO) Leandro do Nascimento Goulart, tendo como pauta: 1) Atualização sobre o funcionamento do NGI - ICMBio Teresópolis e seu Regimento Interno; 2) Processo de definição da Zona de Amortecimento do PARNASO; e 3) Informes das Câmaras Temáticas e Informes Gerais. O Chefe da Unidade e Presidente do CONPARNASO Leandro Goulart, fez a abertura às 09h15min cumprimentando os participantes, anunciando os pontos de pauta a serem tratados na reunião. Marcus Gomes (ICMBio, Secretaria Executiva CONPARNASO) informou sobre as alterações na composição do Conselho: em virtude da desincompatibilização para candidatura nas eleições municipais, desligaram-se os Conselheiros Anderson Felipe (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Petrópolis), Zé Waitz (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Teresópolis), Leonardo Bittencourt (Associação de Amigos e Colaboradores do Parque Nacional da Serra dos Órgãos) e Márcia Vieira (Associação dos Moradores do Garrafão); a representação da FEMERJ foi alterada, saindo Kika Bradford, por motivos pessoais, e sendo nomeados Waldecy Lucena e Laura Petroni (substituta); Registrou ainda, consternadamente, o falecimento do Conselheiro Paulo Sergio Oliveira de Souza Leite (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Petrópolis), vítima de covid-19. Restituída a palavra ao Presidente do CONPARNASO, Leandro Goulart iniciou a pauta 1) Atualização sobre o funcionamento do NGI - ICMBio Teresópolis e seu Regimento Interno, fazendo uma apresentação em slides, que segue anexa a esta ata. Na apresentação, foi feita uma contextualização do processo que gerou a Portaria nº 102/2020, que cria a Política de Integração e Nucleação Gerencial - PINGe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que por sua vez culminou na publicação da Portaria ICMBio nº 426/2020, que cria o NGI Teresópolis, que promove o planejamento gerencial integrado entre as Unidades de Conservação Área de Proteção Ambiental (APA) de Petrópolis, APA de Guapi-Mirim, Estação Ecológica da Guanabara, Reserva Biológica do Tinguá e PARNASO, as quais permanecem com seus Conselhos próprios. Leandro destaca que as sedes das APA Petrópolis e Guapi-Mirim serão mantidas como bases avançadas, contemplando as reivindicações da sociedade civil, conselheiros e servidores. A mencionada Portaria 102 cita em seu Art. 10 que o NGI disporá de um Regimento Interno, que estabelecerá a sua estrutura gerencial em Áreas Temáticas de atuação, suas competências e outras atribuições regimentais necessárias. O Regimento Interno deverá seguir o modelo estabelecido no Anexo II dessa mesma Portaria 102, cabendo os ajustes necessários de exclusão da Áreas Temáticas que não forem consideradas relevantes no desenho organizacional do NGI. Leandro ressaltou que não cabe ao CONPARNASO muitas alterações ao modelo de Regimento, porém o ICMBio Teresópolis fará a proposta de incluir áreas temáticas, com a de Educação Ambiental, por exemplo; porém não é possível afirmar que a proposta será aceita pelo Comitê Gestor do ICMBio, além das 8 (oito) Áreas Temáticas pré-definidas. Leandro mostrou as Coordenações que reúnem as Áreas Temáticas e apresentou os servidores responsáveis em cada

Coordenação, lembrando que a equipe tem como premissa a continuidade dos processos em andamento nas Unidades de Conservação. Leandro pediu a compreensão do CONPARNASO, que se colocou contrário à criação do NGI, lembrando que ele mesmo foi contrário pela forma repentina como foi instituído, mas afirmou que atualmente é defensor e adepto do modelo. Após a apresentação, foram solicitados esclarecimentos sobre os recursos necessários ao bom funcionamento do arranjo organizacional, prontamente respondidos pelo Chefe do NGI. Não havendo mais pedidos de esclarecimento, Leandro convidou o servidor Breno Herrera para abrir o ponto de pauta 2) Processo de definição da Zona de Amortecimento (ZA) do PARNASO. Breno explicou que tal processo é decorrente de obrigação judicial, com prazo de entrega de uma proposta até março de 2021, e os objetivos no momento é o de apresentar ao Conselho o trabalho já iniciado pelos servidores do PARNASO e formar uma Câmara Temática Temporária para aportar as colaborações de conselheiros, principalmente de moradores e representantes dos Poderes Públicos Municipais, na construção da proposta de ZA. Convidou então os servidores do ICMBio Sede, Bernardo Brito, da Coordenação-Geral de Criação, Avaliação e Planejamento de Unidades de Conservação (CGCAP) e Luciana Mota, da Coordenação de Elaboração e Revisão de Planos de Manejo (COMAM). Bernardo esclarece que a Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei do SNUC) estabelece que todas as UC, com exceção de APA e RPPN, devem ter ZA, que é uma região do entorno das unidades sujeita a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade de Conservação. Bernardo contextualizou a controvérsia jurídica quanto ao instrumento legal apropriado para definir a ZA, prosperando o entendimento referendado pela Casa Civil da Presidência da República em 1º de agosto de 2006, de que deve ser criado por Decreto. Assim, a ZA definida no Plano de Manejo é considerada uma proposta técnica, sem força de lei. Com essa situação Ministério Público Federal promoveu então uma Ação Civil Pública que se desdobrou na Decisão Judicial que condena a União a emitir um Decreto, e o ICMBio a emitir a Portaria que definam as Zonas de Amortecimento, dentro do prazo mencionado. A ideia agora é atualizar a proposta de ZA do PARNASO definida no Plano de Manejo de 2008. Bernardo passou então a palavra para Luciana Mota, para falar sobre os critérios para definição da ZA do PARNASO. Luciana mencionou o cronograma simplificado para cumprimento da demanda judicial e enalteceu o trabalho dos Voluntários do PARNASO Gabriel Amaral e Philippe Ribeiro no trabalho de geoprocessamento desses critérios para um primeiro desenho da ZA. As premissas do trabalho são de que a ZA estabelecida no Plano de Manejo é grande e não responde aos desafios de gestão do PARNASO, bem como se sobrepõe a áreas da APA Petrópolis, que está revisando seu Plano de Manejo. Assim, um dos critérios definidos é que a ZA do PARNASO não se sobreponha a outras Unidades de Conservação. Outros critérios são os que assumem as microbacias hidrográficas dos rios que nascem no Parque como unidades de análise e priorização, bem como as áreas de preservação permanente e as áreas prioritárias para conservação conforme definição do Ministério do Meio Ambiente. Por fim, assume-se o critério de excluir da ZA zonas urbanas consolidadas. Tais critérios ajudaram a definir um primeiro desenho da ZA a ser a partir de agora refinada pelo CONPARNASO. Luciana passou a palavra para Breno Herrera (Servidor do PARNASO), que apresentou visualmente este primeiro traçado elaborado pelos Voluntários a partir dos critérios estabelecidos, mais uma vez agradecendo ao trabalho de grande qualidade técnica elaborado por Gabriel e Philippe. Breno propôs a data de 30 de setembro próximo, das 9 às 12 horas, para a realização da primeira reunião da Câmara Temática Temporária a ser composta nesta reunião. Após a apresentação, os(as) seguintes conselheiros(as), servidores(as) e colaboradores(as) se

propuseram a compor a Câmara Temática (CT): Breno Herrera e Julião Nascimento (PARNASO, Coordenando os trabalhos da CT), Bernardo Brito (CGCAP), Luciana Mota (COMAM), Vitor Valente e Branca Tressoldi (APA Petrópolis), Gabriel Amaral, Philippe Ribeiro e Pedro Zeno (Voluntariado PARNASO), Sandra Arruda (Secretaria Municipal do Ambiente de Guapimirim), Vanessa Silva (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Magé), Raimundo Lopes (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Teresópolis), Zé Waitz (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Teresópolis), Alexandre de Almeida (Instituto Tecnoarte), Artur Esteves (Notur Travel), Clarisse Maracajá (Associação de Moradores da Cascata dos Amores AMCA), Edvandro Ribeiro (RPPN Ecovila El Nagual), Fernando Pessoa (CEFET Petrópolis) Francisco Pontes (Instituto Nacional de Tecnologia e Uso Sustentável INNATUS), Mariana Tamandaré (UERJ - estudante de pós-graduação), Rafael Rezende (BR Ecotur), Renata Gouveia e Tiemi Yoshikawa (Associação de Moradores e Amigos do Quebra Frascos). Artur Esteves (Notur Travel) sugeriu que algum(a) advogado(a) seja convidado(a) a compor a Câmara, tal como o representante da OAB Magé Antonio Seixas ou a representante do UNIFESO Tatiana Calandrino. Renata Gouveia (AMA Quebra Frascos) externou preocupação com os critérios de licenciamento de empreendimentos imobiliários na Zona de Amortecimento, e espera que o tema seja objeto de atenção pelos membros da Câmara Temática (CT). Ficou definido que até a primeira reunião a CT ficará disponível à participação dos membros que não estavam presentes. Os membros dos Poderes Públicos Municipais ficaram de levantar a legislação pertinente ao uso do solo dos Municípios. Julião (ICMBio) propõe ainda que tanto a ata desta reunião quanto a produção da CT sejam aprovadas por email, em virtude dos prazos judiciais e tendo em vista que a próxima reunião ordinária está prevista apenas para dezembro, quando o cronograma da CT deverá estar já finalizado, sendo a proposta aceita pelo conjunto dos conselheiros. Passou-se então para a pauta 3) Informes das Câmaras Temáticas e Informes Gerais. Cristina Lydia (Rede de Educação Ambiental da Serra dos Órgãos - REASO) informou que a CTEA - Câmara Temática de Educação Ambiental e Cultura) está se reunindo por videoconferência regularmente, focando na realização do XII Encontro de Educação Ambiental da Serra dos Órgãos, este ano dentro do Encontro de Saúde Ambiental e Conservação da Biodiversidade, com atividades voltadas ao fortalecimento da REASO, e com a próxima reunião agendada para a semana seguinte. Artur Esteves (Notur Travel) relatou que a CTTM - Câmara Temática de Turismo e Montanhismo teve sua última reunião presencial em fevereiro último e vinha trabalhando os temas da proposta de implantação do Museu do Montanhismo na Sede Teresópolis, da Arqueotrilha na Sede Guapimirim e das atividades de Observação de Aves, os quais ficarão para o ano de 2021, devido à falta de atividades de turismo e montanhismo no Parque, não se reuniu após declarada a pandemia do novo coronavírus; por fim, lembrou que seus membros contribuíram com a CT Temporária sobre os Protocolos de Reabertura do PARNASO. Ricardo Monteiro (UFRJ) informou que a CT de Pesquisa está construindo o XVIII Encontro de Pesquisadores do PARNASO e o IV Encontro de Pesquisadores do Mosaico Central Fluminense, ambos também dentro do Encontro de Saúde Ambiental e Conservação da Biodiversidade; Julião (ICMBio) complementou lembrando que este Encontro abrigará também, além dos eventos já mencionados, o V Encontro de Pesquisadores do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e o I Encontro de Educação Ambiental, Pesquisa e Extensão do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Guanabara, e ocorrerá de 30 de novembro a 5 de dezembro próximos, ficando o convite para todos(as) os(as) conselheiros(as) e colaboradores(as). Ricardo (UFRJ) informou ainda que a CT de Pesquisa também contribuiu com a CT Temporária sobre os Protocolos de Reabertura do Parque e que a referida CT colocou-se

contrária à reabertura do Parque, tanto para visita pública quanto para pesquisa, devido aos riscos à saúde humana e à saúde ambiental. A respeito deste tema, Leandro Goulart (Presidente do CONPARNASO) informou que o ICMBio revogou a portaria que mantinha as Unidades de Conservação fechadas, o que não significa sua reabertura automática já que devem ser observadas as normas legais municipais; informou também que os quatro municípios de abrangência do PARNASO preveem decretos que permitam a reabertura dos Parques, e assim o PARNASO planeja para a próxima semana a reabertura do Complexo Dedo de Deus para atividades de escalada mediante agendamento prévio, seguida pela reabertura gradativa das partes baixa e alta do Parque, sem abertura da piscina e dos Centros de Visitantes, e com fiscalização das áreas de uso público no interior das sedes por parte da empresa concessionária. Alexandre de Almeida (Instituto Tecnoarte) menciona a ocorrência frequente de motocross na estrada entre a Cachoeira da Concordia e o Garrafão, de dia e de noite, o que tem causado erosões profundas e perda do antigo revestimento de pedras (pé-de-moleque), nesta estrada histórica, e destacou que tamanha erosão pode estar causando assoreamento nos cursos d'água. Além do ruído das motos, que impacta a fauna de forma negativa. Leandro informa que se trata de um bairro, considerado Zona de Ocupação Temporária pelo Plano de Manejo do PARNASO, sem controle direto do Parque e fiscalizado pela Prefeitura Municipal. Márcia Chame (FIOCRUZ) informou que há documentos de orientação sobre os cuidados na visita de unidades de conservação, ressaltando os riscos de contaminação da fauna silvestre pelo novo coronavírus; e convidou os presentes para uma roda de conversa que mediará no próximo dia 18 de setembro, no Canal VideoSaúde da FIOCRUZ, sobre o tema “Abertura de Parques? O que fazer para proteger a fauna silvestre da covid-19 e outras doenças”, incluindo o Professor Alcides Picinatti, diretor do CPRJ - Centro de Primatologia do Estado do Rio de Janeiro e o Analista Ambiental do ICMBio Fernando Tatagiba, entre outros especialistas. François Paiva (UNICERJ) também se colocou contra a reabertura do Parque e não considerou adequado que as decisões da CT Temporária sobre a Reabertura não tenham sido submetidas ao plenário do CONPARNASO, como determina seu Regimento Interno. Artur Esteves (Notur Travel) sugere uma Moção de Agradecimento aos Brigadistas do ICMBio pelo combate aos incêndios em Petrópolis, propôs também que após a pandemia, se erijam dois monumentos: um aos Brigadistas, e outro aos Voluntários do PARNASO, que vêm prestando relevantes serviços ao Parque Nacional; e por fim, propôs a volta da Medalha Von Martius para as pessoas que prestam contribuição de grande relevância ao PARNASO. Tiemi Yoshikawa (AMA Quebra Frascos) saúda a perspectiva de regulamentação da Zona de Amortecimento do PARNASO para o desenvolvimento sustentável das cidades da região, e convidou os presentes para a I Jornada para o Desenvolvimento Territorial e Inovação na Região Serrana do Rio de Janeiro, que terá apresentações de 30 trabalhos dos estudantes de Especialização em Desenvolvimento Territorial da UERJ, a ser transmitida pelo Canal Territórios em Movimento UERJ ao longo do mês de setembro. Breno (ICMBio) lembra a sugestão de Artur (Notur Travel) de homenagear a memória do Analista Ambiental do ICMBio Wellington Peres, que perdeu a vida em combate a incêndio florestal e que vinha dedicando seus esforços profissionais à instrução de fogo para seus colegas e à defesa da biodiversidade brasileira. Marcus Gomes (ICMBio) lembrou que os ex-conselheiros José Carlos Lemgruber Porto e Paulo Sergio Oliveira de Souza Leite, ambos vítimas de covid-19, serão homenageados no Encontro de Saúde Ambiental e Conservação da Biodiversidade, em honra à imensurável contribuição de ambos à gestão do PARNASO à gestão das águas da Região Hidrográfica dos Rios Piabanha, Paqueta e Preto, bem como à incansável atuação de ambos na construção da cidadania, da justiça ambiental e da participação





